

DISSERTAÇÕES E TESES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FE-UFG

DISSERTAÇÕES

Título: O processo de constituição de conhecimentos pela criança através da linguagem

Autor: Ana Rogéria de Aguiar

Orientador: Profa. Dra. Ivone Garcia Barbosa

Defendida em: 9/11/2004

RESUMO

O presente trabalho de pesquisa buscou compreender o processo de constituição de conhecimentos pela criança e a transposição desses através das diferentes linguagens e, no caso da oralidade, a fala das crianças. Preocupamos-nos, pois, em investigar a linguagem como instrumento de expressão do conhecimento apreendido pela criança no cotidiano da instituição de educação infantil. Utilizamos enquanto metodologia a pesquisa do tipo etnográfica, pois acreditamos que, em contato com os dados, podemos analisá-los mais amplamente. Com relação ao método materialista histórico, esse veio, como afirma Frigotto (1999), nos ajudar a compreender o processo de ir à raiz dos problemas, ou seja, ao desvendamento das leis que os produzem (FRIGOTTO, 1999, in: FAZENDA). E, mais, compreendendo o método materialista histórico, como afirma Marx (2003), enquanto meio para desvendar o real concreto. Autores como Vygotsky (2001), Bakhtin (1992) e Luria (1987) contribuíram significativamente em nossas análises no que diz respeito à linguagem infantil. Esperamos contribuir com as discussões existentes no âmbito da educação infantil, assim como continuar investigando o processo de constituição de conhecimentos pela criança, o que nos parece algo sempre inacabado.

Título: *Autoritarismo e democratização (re)configurando os espaços de poder da burocracia estatal: a trajetória da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia*

Autor: Janaína Cristina de Jesus

Orientador: Prof. Dr. Luiz Fernandes Dourado

Defendida em: 7/12/2004

RESUMO

Este trabalho objetivou compreender os processos de (re)configuração dos espaços de poder da burocracia da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia (SME), desde a sua constituição em 1961 até a *travessia* para a gestão denominada democrático-popular iniciada em 2001. Tomando essa Secretaria como instância do Poder Executivo da capital do estado de Goiás, foi possível apreender, inicialmente, a vinculação das (re)configurações de sua sede às reformas da administração pública implementadas na estrutura do Estado brasileiro já na década de 1960 e, mais recentemente, na década de 1990. Reformas que vão explicar desde a separação entre as secretarias de educação e cultura, seus redimensionamentos, até sua ampliação, complexificação e processos de desconcentração. Contudo, uma análise das movimentações nesta estrutura burocrática à luz do histórico de constituição e trajetória da SME, vai revelando como as (re)configurações ali processadas, além de atender à racionalidade técnico-burocrática proposta pelas reformas administrativas e educacionais, expressam uma tensão permanente entre o autoritarismo – cuja raiz encontra-se na cultura patrimonial que caracteriza a formação da sociedade e do Estado brasileiros e, particularmente, de estados *periféricos* como Goiás – e processos de democratização que, a partir da década de 1980, engendram propostas político-pedagógicas de algumas gestões que assumem o Poder Executivo municipal. Assim, embora se materializando sob a égide do fenômeno burocrático, em tais (re)configurações mantém-se o histórico *distanciamento* identificado tanto entre as instituições educacionais e a estrutura burocrática dessa secretaria como entre seus próprios departamentos e que acaba por reverberar nas relações entre a SME e a sociedade local. Tal *distanciamento*, embora justificado muitas vezes *como próprio do fenômeno burocrático*, expressa, de fato, a tensão permanente entre autoritarismo e processos de democratização, ademais como marca do cenário sociopolítico brasileiro. No interior desta estrutura burocrática, inter-relações humanas se convertem em relações de poder e este local de trabalho conforma-se muitas vezes como *espaço de adaptação*, permanecendo como desafio instituir aí uma *cultura de participação*, a rigor como tem sido em processos sociais mais amplos e, especialmente, nas relações sociais locais.

Título: *Identidade profissional docente: as representações sociais dos alunos da Faculdade de Educação da UFG*

Autor: Lúcia dos Reis Costa e Silva

Orientador: Prof. Dr. Marcos Corrêa da Silva Loureiro

Defendida em: 7/12/2004

RESUMO

Este estudo visa compreender as representações sociais que os alunos do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da FE/UFG tem sobre o *ser professor* e que, aqui, significa compreender a concepção que os alunos, sujeitos dessa pesquisa, têm sobre a identidade profissional docente. A abordagem de compreensão do problema proposto se faz pela teoria das representações sociais em um formato de estudo de caso. A relevância dessa compreensão se dá motivada pela importância que a classe dos professores adquiriram nesse momento histórico vivido pela reforma educacional proposta no Brasil a partir da década de 1990. Esta traz nas suas políticas nacionais um projeto neoliberal de formação docente, orientada pelos órgãos financiadores internacionais (BIRD, FMI, OMC, UNESCO) e que propõem que os professores sejam colaboradores na realização de uma proposta educacional direcionada para os interesses do mercado e da lucratividade. Essa pesquisa observa os aspectos histórico-geográficos brasileiros, a história da formação de professores no Brasil. A institucionalização das representações sociais busca compreender que aspectos da identidade docente, em cada momento histórico, foram representados pela sociedade brasileira até se chegar ao momento atual. Procura-se compreender que, desde a chegada dos jesuítas em 1549 e até os dias atuais, no Brasil, saberes e que papéis a sociedade brasileira pediu, delegou e “gestou” para o ser professor de cada momento histórico. As representações sociais dos alunos do curso pesquisado revelam que “ser professor”, hoje, é uma atividade que tem o papel de mediação para a distribuição do conhecimento produzido pela sociedade e os que a exercem devem possuir saberes técnico-pedagógicos, dominar o conteúdo ministrado e investir em um processo afetivo-relacional para levar os sujeitos aprendentes a construir conhecimento e se construir como cidadãos.

Título: *Internet na educação: reflexão, realidade e possibilidades*

Autor: Márcia Marquez Paes Leme

Orientador: Profa. Dra. Mirza Seabra Toschi

Defendida em: 8/12/2004

RESUMO

O estudo objetiva identificar de que maneira a Internet está sendo implantada nos laboratórios de informática em escolas públicas de Goiânia. E, o que é mais significativo, como a rede se insere no contexto educacional e como tem sido incorporada pelos docentes nas aulas nos laboratórios. A investigação anota as propostas e os problemas relacionados ao tema, avaliando possibilidades de superação de alguns limites. A análise dos dados considerou os recursos que a rede oferece e o que está sendo efetivamente realizado nas escolas participantes do estudo. Foram observadas a orientação das políticas educacionais que delineiam as propostas de inserção da escola no contexto da inclusão digital e a rede de relações que se entrelaçam nas propostas do Núcleo de Tecnologia Educacional (NTE). Acompanham-se as ações dos dinamizadores e multiplicadores para, conseqüentemente, compreender o papel dos professores e dos alunos e a influência da Internet nos processos de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, realizou-se uma pesquisa qualitativa do tipo etnográfica, em duas escolas de educação básica da rede estadual de ensino em Goiânia. Foram analisados os dados obtidos em entrevistas, visitas, observação de cursos de formação oferecidos pelo NTE, acompanhamento de aulas ministradas em laboratórios, além da análise da orientação dada às escolas pelos NTEs. Após o mapeamento das escolas possíveis de serem pesquisadas, o parâmetro de seleção delas foi o desenvolvimento de experiências exitosas com a Internet. Para conhecer um pouco do que é a Internet e como essa rede influencia em vários aspectos a sociedade contemporânea, buscou-se referência em alguns teóricos como Jeremy Rifkin (2001), Manuel Castells (2003), Pierre Lévy (1999 e 1993) e Sérgio Amadeu da Silveira (2001). Para análise da Internet no contexto escolar, contribuíram as idéias de José Manuel Moran et alii (2000), Nelson de Luca Pretto (1996), Maria Luiza Belloni (2001), Marcos T. Masetto et alii (2000), Vani Moreira Kenski (2003) e Mirza Seabra Toschi (2001). Para analisar aspectos educacionais específicos, as principais fontes foram Antoni Zabala (1998) e José Carlos Libâneo (2003), entre outros. Os dados indicam que a integração da Internet ao contexto educacional ocorre em um processo lento. Por motivos diversos, MEC, Proinfo e NTEs falham na orientação e no assessoramento às escolas. A simples implantação de computadores ligados à Internet nas escolas não resulta automaticamente em ganhos significativos nas práticas pedagógicas. Os recursos da Internet são subaproveitados em razão das muitas limitações de uso em contato com essa realidade multifacetada que é a escola pública. As

redes podem potencializar a troca, a problematização, o estabelecimento de relações, a ressignificação de conceitos e temáticas. Permitem também o desencadear de processos de produção e socialização de conhecimentos, de aproximação entre alunos e professores, e a abertura de espaço para outras formas de comunicação, rompendo com os programas fechados e com as barreiras que separam a escola do contexto externo. E ainda: podem gerar um movimento onde os territórios educativos se reconfigurem e os processos de aprendizagem se alarguem, envolvendo todos os espaços e sujeitos da instituição. Todavia, faz-se necessário que os programas e projetos de tecnologia para a área de educação sejam repensados a partir de diretrizes políticas que melhorem as condições materiais das escolas e de formação docente. Tudo isso para que o processo educativo tenha efetivamente experiências bem-sucedidas com a Internet.

— * —

Título: *Brinquedos e brincadeiras no recreio escolar: significados e possibilidades*

Autor: Marta Lúcia Mendes

Orientador: Profa. Dra. Anita Cristina Azevedo Resende

Defendida em: 1/12/2004

RESUMO

O presente estudo busca apreender os significados que os brinquedos e as brincadeiras tradicionais assumem para as crianças no cotidiano do recreio escolar. A investigação do objeto em estudo centra-se na criança, em seu “brincar” e em categorias explicativas dessa realidade, entre outras, a socialização, a cultura, a mercadoria e a infância. A infância, por sua vez, é entendida como uma construção histórica e social, em que a constituição da criança como ser social, produtor de cultura se dá no processo de socialização, contando com elementos mediadores como a família, a escola e a indústria cultural. É nessa tessitura social que se procura investigar as relações estabelecidas pela criança com o mundo do brincar, especialmente durante o recreio escolar. Constituem-se, aqui, objeto de análise, o suporte para a brincadeira – o brinquedo – em diferentes dimensões: tradicional, artesanal e industrializado, bem como as brincadeiras, tradicionais ou não. Para tanto, recorreu-se ao estudo teórico e à pesquisa empírica, realizando observações no recreio escolar, entrevistas semi-estruturadas com crianças e desenhos produzidos por elas. Em uma sociedade estabelecida sob os princípios de uma economia capitalista, fundamentada no trabalho alienado, a cultura torna-se também alienada, inautêntica, instrumen-

talizada, submetendo o ser humano, nas diferentes etapas da vida, a uma sociabilidade desigual, imposta a partir da condição de classe, em que a classe-que-vive-do-trabalho termina experienciando bens e serviços culturais esvaziados de conteúdos significativos capazes de provocar no sujeito (criança) atitudes de resistência. Nesse contexto, encontram-se inseridas as determinações constitutivas do brincar, dos brinquedos e das brincadeiras da criança, chegando-se à constatação de que, no processo de socialização vivenciado pela criança no interior da família e também na escola, o brinquedo e a brincadeira, orientados pelos princípios da indústria cultural, são utilizados como mecanismos de conformação do sujeito à ordem estabelecida e, conseqüentemente, à produção e reprodução do capital.

— * —

Título: *Família e educação para heteronomia: a violência dos silêncios*

Autor: Mônica Barcellos Café

Orientador: Profa. Dra. Anita Cristina Azevedo Resende

Defendida em: 9/12/2004

RESUMO

O abuso sexual contra a criança e o adolescente, uma das expressões da violência sexual, ocorre, geralmente, no contexto familiar. Nesse sentido, é importante considerar a participação dos membros da família para a melhor compreensão desse fenômeno. Esta pesquisa teve como objetivo estudar o papel da mãe no abuso sexual e identificar os nexos constitutivos da dificuldade da mãe em perceber o abuso sexual de seus filhos e/ou suas filhas. Para tanto, com base nas categorias teóricas família e violência, consideradas em suas historicidades, investigou-se o processo de socialização de seis mães, cujos filhos e/ou filhas foram abusados sexualmente. Esta investigação foi realizada por meio de entrevista com cada uma dessas mães. A análise das entrevistas, em conexão com as categorias família e violência, revelou a heteronomia presente na história de vida das mães pesquisadas. São mulheres com a subjetividade construída de maneira heterônoma, isto é, aprenderam a existir somente *para os outros* e não *com os outros*. Nessa condição foram também concebidas como objetos durante a vida inteira, desde a infância até a fase adulta. E um objeto não pensa, não fala, não age. A família de origem das mães entrevistadas não constituiu um espaço de proteção. Elas não aprenderam a dialogar, a manifestarem seus sentimentos, mas a submeterem-se, e o processo de socialização não contribuiu para a sua formação como sujeitos. Assim, as mães tiveram dificuldade em enxergar o abuso sexual de seus filhos e de suas filhas, em razão da condição de heteronomia e, conseqüentemente, de submissão, sem possibilidade de ver além das aparências.

— * —

Título: *A escola da prisão – qual educação?*

Autor: Nilva Ferreira Ribeiro

Orientador: Prof. Dr. Adão José Peixoto

Defendida em: 9/11/2004

RESUMO

Com sustentação teórica nos escritos histórico-filosóficos de Michel Foucault, empreendem-se articulações entre questões educacionais, penais e históricas e investiga-se a vida no interior do sistema penitenciário, onde pela execução penal, segundo propósitos e determinações legais, se efetiva um processo de “reeducação”. Busca-se perscrutar a educação na prisão, identificando aspectos educativo-educacionais que transpõem o cumprimento de penas privativas de liberdade. Entende-se que na prisão há a produção de determinado tipo de sujeito, cuja constituição se efetiva segundo prescrições e normas que se realizam por mecanismos e procedimentos disciplinares, tendo como filtro processos de educação que acabam por objetivar e assujeitar o indivíduo preso. Na construção do *corpus* documental utilizou-se o referencial teórico-metodológico da análise de dados, observação do cotidiano da escola prisional e suas práticas, concretizados nas entrevistas, demarcando sentidos e significados do processo educacional prisional e conferindo legitimidade às relações de poder e saber. No tratamento dos dados levantados são estabelecidos contrapontos com o pensamento de Freire (1976), Durkheim (1975), Adorno (1995), Berger (1972), Rodrigues (2000), entre outros, e principalmente de Foucault (1997), especialmente da designada fase genealógica, no que diz respeito à produção do sujeito e suas proposições em uma relação que permite compreender as práticas prisionais em nossa sociedade, concretizando-se na “reeducação” através do cumprimento da pena privativa de liberdade. Equivale dizer que o indivíduo preso é o resultado da fabricação das tecnologias disciplinares da prisão, tendo nos processos educativos suporte de sua realização, que se concretiza também nos processos educacionais da escola da prisão, que pretende contribuir para “socializar e inserir” o detento no convívio social.

— * —

Título: Diretrizes curriculares nacionais para a formação docente: flexibilização, qualidade e competência

Autor: Simone de Magalhães Vieira Barcelos

Orientador: Prof. Dr. Marcos Corrêa da Silva Loureiro

Defendida em: 8/12/2004

RESUMO

Este estudo propõe-se a discutir a formação docente delineada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura de graduação plena, com o objetivo de apreender sua contribuição, ou não, para uma formação humanizadora e emancipadora. Para tanto, optou-se por uma pesquisa teórico-documental que partiu da contextualização das idéias que orientam as políticas educacionais em âmbito global/nacional. Foram estudadas as categorias flexibilização, qualidade e competência como eixo articulador das DCN. Inferimos que a proposta oficial para formação docente revela a consonância deste dispositivo legal com orientações de organismos internacionais, cujos pressupostos concebem a formação docente na perspectiva das demandas do trabalho na sociedade contemporânea. Contudo, essa proposta significa possibilidade de discussão e debate da formação de professores por parte dos profissionais que postulam a formação em uma outra direção. Nesse sentido, é preciso tomar a proposta oficial para formação docente como um objeto a ser continuamente estudado.

— * —

Título: A formação de professores e o estágio supervisionado do curso de pedagogia: o caso da Faculdade do Noroeste de Minas

Autor: Valéria de Fátima Sousa

Orientador: Prof. Dr. João Ferreira de Oliveira

Defendida em: 7/11/2004

RESUMO

Este estudo analisa o estágio supervisionado do curso de Pedagogia da Faculdade do Noroeste de Minas Gerais (Finom), tendo por base as políticas de formação de professores e a reforma da educação superior implementada a partir da década de 1990. Os dados foram obtidos por meio de pesquisa documental, entrevistas e aplicação de questionários junto aos gestores e alunos do curso de Pedagogia da instituição. A revisão bibliográfica e o tratamento dos dados incluíram contextualização sócio-histórica, visando compreender as múltiplas

determinações que ancoram as políticas de formação e de profissionalização docente, bem como a reforma da educação superior. Destaca-se, ainda, apresentação crítico-interpretativa da estrutura, organização e funcionamento da faculdade, sobretudo no que tange à formação de professores. O estudo foca, principalmente, a formação dos estudantes de Pedagogia da Finom, por intermédio do estágio supervisionado, dando realce às particularidades formativas e aos componentes curriculares do curso, o que implica avaliação por meio das representações dos estudantes que vivenciaram o curso e o estágio supervisionado. As análises evidenciaram as tensões e as contradições que envolvem as relações entre teoria e prática no interior da instituição, revelando a sua dicotomia no processo formativo, em que pese o discurso de articulação. O mal-estar experimentado pelos estudantes, que se acentua no momento do estágio supervisionado, traz à tona as fragilidades da sua formação, as insatisfações em relação à profissão do professor e as inseguranças dos alunos no tocante a uma prática educativa que possa ser considerada de qualidade.

— * —

Título: O Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) – organização do trabalho escolar e educação

Autor: Welma Alegna Terra

Orientador: Profa. Dra. Ely Guimarães dos Santos Evangelista

Defendida em: 8/11/2004

RESUMO

O presente estudo insere-se na linha de pesquisa Cultura e Processos Educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. Busca-se nele compreender o sentido do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), tomando-se por base as transformações na cultura da escola, tendo em vista as orientações mundiais que interferiram no processo educacional, sobretudo a partir da realização de conferências mundiais sobre educação na década de 1990. Os documentos aprovados nessas conferências apontaram diretrizes ao sistema de ensino, como as propostas de universalização da educação básica e de melhoria na qualidade de ensino. Essas propostas suscitaram modificações nas leis nacionais e na política educacional em vários países, inclusive no Brasil, por meio de diversos planos e programas vistos como inovações, os quais, na realidade, não trazem mudanças substanciais à educação, como o Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola), programa acordado entre Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) e o Ministério da

Educação (MEC), desenvolvido juntamente com as secretarias estaduais e municipais de educação dos estados envolvidos. Desse programa se origina o PDE, programa implementado nas instituições escolares no final de 1990, que atende à concepção do mundo empresarial sobre educação escolar. O estudo evidencia que o PDE implementa um modelo de gestão e de organização do trabalho escolar e, por meio de um processo gerencial de planejamento estratégico, tem como finalidade reduzir os índices de repetência e de evasão escolar, numa lógica de eficiência e flexibilidade. O trabalho apresenta uma discussão acerca das transformações no mundo contemporâneo, no setor do trabalho e na gestão escolar, envolvendo ainda a análise de documentos referentes às conferências mundiais de educação, à reforma do sistema de ensino e aos programas Fundescola e PDE. O estudo empírico contou com entrevistas semi-estruturadas, as quais foram realizadas com um grupo de professores pertencentes a uma escola estadual localizada na cidade de Goiânia, denominada, neste estudo, de Escola Ômega.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A revista *Inter-Ação* aceita para publicação artigos e ensaios, além de resenhas e comunicações científicas, resultantes de estudos teóricos e pesquisas que incidem na produção do conhecimento sobre educação, no que diz respeito ao trabalho e aos movimentos sociais, às políticas públicas e à formação docente, em sua relação com a sociedade e a cultura. Os trabalhos devem ser inéditos, de autores brasileiros e estrangeiros.

O número máximo de laudas, para as diferentes colaborações, deve ser: 10 para resenhas; 30 para artigos; 5 para comunicações científicas; e 40 para ensaios. As laudas devem ser digitadas em espaço duplo, fonte *Times New Roman*, corpo 12. Todas as citações diretas ou indiretas devem ser incorporadas ao texto e constar das referências. Os artigos devem apresentar resumo e *abstract* contendo, em no máximo 10 linhas, objetivos, métodos e principais conclusões. Quatro palavras-chave, em português ou espanhol com versão para o inglês, devem acompanhar o resumo e o *abstract*.

As notas de rodapé devem ser objetivas, de natureza substantiva, numeradas e colocadas no final do texto. Para ênfase ou destaque, utilizar itálico e não negrito. As referências e citações de autores, no corpo do texto, devem subordinar-se à forma (AUTOR, data) e (AUTOR, data, página). Quadros, gráficos, mapas e outros devem ser apresentados em folhas separadas, numeradas e com a indicação de suas respectivas fontes. Siglas e abreviações devem ser seguidas de suas significações.

Os originais devem ser encaminhados em três vias impressas e acompanhados de cópia em disquete, no formato *Word* para *Windows* ou conversíveis. As colaborações devem apresentar, em folha de rosto, o título completo e o nome do autor, sua vinculação institucional, o endereço eletrônico (*e-mail*) e o telefone. Na primeira página deve aparecer o título completo dos textos, omitindo-se o nome do autor a fim de assegurar o anonimato do processo de avaliação. A avaliação dos artigos será

realizada por pares ou pareceristas *ad hoc*, envolvendo dois avaliadores. Em caso de publicação indeferida ou de pareceres divergentes recorrer-se-á a um terceiro. Eventuais sugestões de modificações por parte da editoria serão elaboradas com o consenso dos autores.

As referências bibliográficas devem ser apresentadas ao final do artigo, em ordem alfabética e obedecer às normas da ABNT (NBR-6023).

Exemplos:

a) Livro de um só autor:

SOBRENOME, Nome abreviado. *Título*: subtítulo. Tradutor. Edição. Local de publicação: Editora, ano da edição.

b) Livro de dois autores:

SOBRENOME, Nome abreviado; SOBRENOME, Nome abreviado. *Título*: subtítulo. Tradutor. Edição. Local de publicação: Editora, ano da edição.

c) Livro de três autores:

SOBRENOME, Nome abreviado; SOBRENOME, Nome abreviado; SOBRENOME, Nome abreviado. *Título*: subtítulo. Tradutor. Edição. Local de publicação: Editora, ano da edição.

d) Livro de mais de três autores:

SOBRENOME, Nome abreviado (do primeiro) et al. *Título*: subtítulo. Tradutor. Edição. Local de publicação: Editora, ano da edição.

e) Capítulos de livros:

SOBRENOME, Nome abreviado do autor do capítulo. Título do capítulo. In: SOBRENOME, Nome abreviado do editor/organizador do livro. *Título do livro*. Edição. Local de publicação: Editora, ano da edição.

f) Artigos em periódicos:

SOBRENOME, Nome abreviado. Título do artigo. *Título do periódico*, número do volume, página inicial-final, ano.

g) Dissertações e teses:

SOBRENOME, Nome abreviado. *Título*: subtítulo. Local de publicação (Grau e área de concentração) – Nome da Escola, Universidade.

A revista não se obriga a devolver os originais das colaborações enviadas. Os autores receberão, gratuitamente, três exemplares da revista *Inter-Ação* em que seus artigos forem publicados.

Os textos assinados expressam opiniões de exclusiva responsabilidade de seus autores e não representam necessariamente o ponto de vista do Conselho Editorial.

As colaborações deverão ser enviadas para o endereço: Faculdade de Educação–UFG, Centro de Divulgações e Publicações–CDP. Rua Delenda Rezende de Melo, s/n, Setor Universitário, Goiânia, Goiás. CEP: 74.650-050 – Fone: (62) 3521-1878 – Fax: (62) 3521-1879 ou 3521-1880 – E-mail: cdpperiodicos@fe.ufg.br. Home page (Seção Publicações da Faculdade de Educação–UFG): www.fe.ufg.br.

Receba em sua residência

a

Revista INTER-AÇÃO

Para assinatura anual, preencha a ficha e envie, acompanhada de cheque nominal no valor de R\$ 20,00 (vinte reais), para o Centro de Divulgações e Publicações da FE-UFG.
Rua Delenda Rezende de Melo, s/n, Setor Universitário. Goiânia - Goiás. CEP - 74605-050.
Fone: (0xx) 62 3521 1878. E-mail: cdperiodicos@fe.ufg.br



Nome: _____

Endereço: _____

N.: _____ Apto.: _____ Cidade: _____ UF: _____

CEP: _____ Telefone: _____ E-mail: _____

Instituição onde trabalha: _____

Cargo / Função: _____ Área de atuação: _____

Revista Inter-Ação: _____ Ano: _____ Vol.: _____ Números: _____

